



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Especialização**

**ATA Nº 01/2024/CoE**

1 Ata da I sessão ordinária da Comissão de Especialização (CoE), realizada às catorze horas do dia  
2 primeiro de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, por meio de plataforma virtual RNP. A reunião  
3 foi presidida pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, Prof. Charles Morphy Dias dos Santos e com a  
4 presença do Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação, Prof. João Paulo Gois, dos membros da CoE,  
5 Anderson Orzari Ribeiro, Angela Terumi Fushita, Artur Zimmerman, Bruno Cerqueira, Cintia  
6 Gonçalves, Evonir Albrecht, Francisco José Brabo Bezerra, Giselle Watanabe, Guiou Kobayashi,  
7 Itana Stiubiener, Jessé José Freire de Souza, Jussara Aparecida de Almeida Pagani Justi, Jussara  
8 Aparecida Fernandes Ramos, Marcelo Modesto da Silva, Mirian Pacheco Silva Albrecht, Regimeire  
9 Oliveira Maciel, Romarly Fernandes da Costa, Ugo Ibusuki e Vitor Vieira Vasconcelos e,  
10 participantes Denyse Bezerra Coutinho e Mariane Oliveira Lopes. **Informes da ProPG: 1.** Prof.  
11 Charles informa que assumiu a presidência do FOPROP (Fórum Nacional de Pró-reitores de  
12 Pesquisa e Pós-Graduação), que representa 273 instituições brasileiras de todos os segmentos  
13 (federais, estaduais, privadas e comunitárias) e de todas as regiões do país. **2.** Houve mudança na  
14 presidência da CAPES: a Profª Mercedes Bustamante foi exonerada e assume a Profª Denise  
15 Carvalho. **3.** Na semana anterior teve agenda no MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e  
16 Inovação) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde  
17 apresentaram ferramentas de gestão para pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Foi solicitado  
18 que realizassem treinamentos com a comunidade universitária para o uso dessas ferramentas. No  
19 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a reunião foi com o vice-  
20 presidente e ministro Geraldo Alckmin para tratar da participação da pós-graduação nacional na  
21 capacitação para execução das ações previstas no plano de neointustrialização (programa Nova  
22 Indústria Brasil). Foi discutida a possibilidade de residências tecnológicas e de outras vertentes  
23 baseadas principalmente em cursos de especialização. **Informes dos membros:** Prof. Artur,  
24 referente à pessoal para auxílio na gestão dos cursos, expressa que houve uma instabilidade muito  
25 grande no final do ano anterior e deixa sua menção de preocupação. Prof. Charles responde que vai  
26 levar a questão para a UAB. **Pauta: 1. Eleições Representação TA e Discente** - Prof. Charles  
27 anuncia a nova representação discente - Cintia Gonçalves (Titular) e Waléria Rizzo (Suplente) e  
28 nova representação TA - Jussara Justi (Titular) e Jussara Ramos (Suplente) e dá boas-vindas. **2.**  
29 **Aprovação da ata da IV sessão ordinária da Comissão de Especialização de 2023** - Prof.  
30 Charles abre discussão sobre a ata. Sem manifestações, coloca a ata para aprovação. Aprovada com  
31 4 abstenções. **3. Aprovação do calendário de reuniões ordinárias** - Prof. Charles explica que as  
32 reuniões ordinárias ocorrem a cada dois meses e, caso necessário, reuniões extraordinárias podem  
33 ser convocadas, então o calendário sugere reuniões nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto,  
34 outubro e dezembro (01/02, 25/04, 13/06, 15/08, 24/10 e 19/12). Como estabelecido em 2022, a  
35 ideia é continuar com as reuniões remotas. Abre discussão. Profª Itana questiona a data da última  
36 reunião. Prof. Charles sugere definir uma data específica na penúltima reunião do ano. Sem outras  
37 manifestações, coloca o calendário em votação. Proposta de calendário aprovada. **4. Alteração do**  
38 **Regimento da Comissão de Especialização (CoE) - Relatora: Angela Terumi Fushita** - Prof.  
39 Charles ressalta que esse ponto de pauta foi discutido na última reunião de 2023, de forma  
40 aprofundada e profícua. Foram realizadas modificações e simplificações na proposta do documento.  
41 As observações levantadas na última reunião da CoE foram incorporadas. No texto enviado aos  
42 membros, há a inserção de trechos marcados com outra cor. Essas observações e propostas de  
43 inclusão são sugestões da relatoria. A área demandante (ProPG) as considera factíveis e as aceita.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Especialização**

44 Passa a palavra para a Prof<sup>a</sup> Angela fazer o seu relato. Prof<sup>a</sup> Angela, referente à natureza das  
45 modificações propostas: destaca alguns ajustes relacionados a linguagem neutra, coerência com  
46 normativas anteriores (Resolução ConsUni nº 188, Ato Decisório ConsUni nº 174 e Resolução  
47 ConsUni nº 220), artigo 13, §4º que reitera que os docentes externos, colaboradores dos cursos,  
48 também devem respeitar as normas internas e código de ética da UFABC, inserção das  
49 competências da CoE, reorganização do fluxo administrativo para criação de novos cursos e novas  
50 ofertas. Prof. Charles abre para discussão. Cintia sugere, em relação ao artigo 18 sobre motivos para  
51 abono de faltas, incluir licença paternidade para casais homoafetivos, licença adoção e licença para  
52 acompanhar familiares em casos de doença. Prof. Charles acata a inclusão no item 2 da licença  
53 paternidade para casais homoafetivos. Prof<sup>a</sup> Itana sugere alterar no Art.3º, III “opinar sobre o  
54 oferecimento de um curso” para “deliberar sobre o oferecimento de um curso”, questiona se é  
55 necessário a CoE analisar os relatórios dos cursos de especialização, pois são documentos  
56 administrativos e, sobre fazer cumprir as regras, considera inerente da comissão, portanto  
57 redundante constar no Regimento. Questiona também a parte sobre discutir viabilidade e interesse  
58 institucional. Prof. Charles acata a alteração de “opinar” para “deliberar” e recomenda que a análise  
59 de viabilidade e interesse institucional permaneça no artigo. Prof. Guiou pergunta o motivo da lista  
60 do corpo docente aparecer no projeto pedagógico e no plano de gestão. Prof<sup>a</sup> Angela explica que o  
61 plano de gestão é de cada oferta, então o corpo docente pode sofrer alterações, por isso a repetição.  
62 Referente aos comentários e sugestões da Prof<sup>a</sup> Itana, esclarece que a análise dos relatórios dos  
63 cursos e análise da viabilidade e interesse institucional foram retirados da Resolução ConsUni que  
64 criou a comissão; além disso, fazer valer as regras e normativas vigentes da UFABC é uma adição  
65 válida para que fique registrado que a CoE é a primeira instância para casos que envolvam a  
66 Ouvidoria e Procuradoria Jurídica. Prof<sup>a</sup> Itana pede mudança do texto, pois não está claro o  
67 suficiente que a CoE é a primeira instância. Prof. Charles sugere exclusão do item e inclusão do  
68 artigo 27: “Situações relativas aos cursos de especialização e contrárias à legislação pertinente e às  
69 normativas da UFABC serão analisadas em primeira instância pela Comissão de Especialização  
70 (CoE)”. Prof. Charles e Prof<sup>a</sup> Angela acatam também a exclusão da análise de relatórios dos cursos  
71 de especialização. Prof. Vitor pergunta sobre o artigo referente ao quórum para votações na  
72 comissão. Prof<sup>a</sup> Angela compartilha que cogitou a possibilidade de outra opção além da maioria  
73 simples: qualquer quantidade após 10 minutos, porém as comissões da UFABC sempre deliberam  
74 com maioria simples. Quando não há quórum a reunião é cancelada. Prof. Charles complementa  
75 que a reunião não precisa ser cancelada e os assuntos podem ser discutidos, sem votações, no  
76 entanto. Sobre o artigo 13 e a análise de viabilidade dos cursos de especialização, Cintia sugere a  
77 adoção de indicativos quantitativos e qualitativos. Prof<sup>a</sup> Angela responde que a CoE pode utilizar  
78 outros instrumentos para normatizar a questão como Portarias ou Resoluções para definir o conceito  
79 de viabilidade e os tipos de indicativos. Esses instrumentos têm uma flexibilidade maior para  
80 alterações e atualizações e não precisam passar pela aprovação dos Conselhos Superiores. Jussara  
81 Justi sugere substituir o número da Resolução CoE no artigo 6º por “Resolução CoE específica”. A  
82 alteração é acatada. Sem outras manifestações, Prof. Charles coloca o Regimento Geral da pós-  
83 graduação *lato sensu* em regime de votação. Regimento Geral aprovado. **5. Revisão do plano de**  
84 **gestão do Curso de Especialização em Geoprocessamento - Relator: Vitor Vieira Vasconcelos**  
85 - Prof. Vitor explana que devido à grande demanda da primeira oferta do Curso de Especialização  
86 em Geoprocessamento, a coordenação negociou com a CAPES 410 vagas adicionais para nova  
87 oferta e em mais estados brasileiros (SP, MG, PR, GO). No plano de gestão as alterações são a data  
88 de início, período do processo seletivo, quantidade de vagas e polos, que não estarão concentrados



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Especialização**

89 somente em São Paulo. Prof. Charles abre discussão. Profª Angela, sobre a viabilidade da equipe  
90 administrativa de suporte para o curso, explica que para ter essa viabilidade de custeio,  
91 considerando que a CAPES calcula a verba pelo número de alunos, o número mínimo seria de 210  
92 vagas, então o curso de especialização em Geoprocessamento atende a esse requisito. Também  
93 considera positiva a retirada da ambientação como etapa do processo seletivo, pois pode ser motivo  
94 de confusão, recursos e reclamações. Prof. Anderson pergunta como o curso tem conduzido ou  
95 planeja conduzir as provas: se tudo via internet ou se há deslocamento para o polo. Prof. Vitor  
96 responde que o projeto pedagógico deixou a modalidade das avaliações em aberto, então pode ser  
97 presencial ou a distância. Na turma em andamento, os professores decidem; até o momento  
98 escolheram fazer as atividades *online* (individuais e em grupo), com acompanhamento dos tutores.  
99 O *feedback* tem sido positivo. Prof. Anderson complementa que, com o avanço da tecnologia, é  
100 viável, por exemplo, realizar uma prova por videoconferência, porém tem dúvidas de como é a  
101 legislação sobre isso e como a CAPES interpreta. Prof. Vitor compartilha que havia uma Portaria da  
102 CAPES de 2005 que fazia menção que algumas atividades precisavam ser presenciais, porém foi  
103 revogada em 2017 por nova Portaria que somente prevê que as atividades deverão ser realizadas  
104 conforme projeto pedagógico do curso. Profª Angela comenta que há um grupo de trabalho no  
105 Fórum da UAB para discutir regras sobre o EaD e se é necessário incluir atividades presenciais para  
106 garantir o nível de qualidade. Por enquanto, vale o que está previsto no projeto pedagógico. Profª  
107 Giselle comenta que se for possível remover a limitação dos polos na região metropolitana de São  
108 Paulo, pode-se pensar na formação de professores para o país todo. Prof. Guiou questiona qual é o  
109 papel dos polos, se as avaliações podem ser *online*. Prof. Anderson responde que antes os polos  
110 eram importantes para as provas e para utilizar laboratórios, quando fosse o caso. Prof. Bruno  
111 complementa que alunos que não possuem equipamentos podem utilizar os dos polos. Prof. Vitor  
112 continua: outra função que os polos ajudaram foi no primeiro mês de curso, em que o pessoal dos  
113 polos realizou contato para diminuir a evasão. Prof. Charles abre o regime de votação para  
114 aprovação da revisão do plano de gestão do Curso de Especialização em Geoprocessamento.  
115 Aprovada sem votos contrários e abstenções. Nada mais havendo a declarar, Prof. Charles Morphy  
116 Dias dos Santos deu por encerrada a reunião, da qual eu Mariane Oliveira Lopes, lavrei a presente  
117 ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

MARIANE OLIVEIRA LOPES  
Assistente em Administração

CHARLES MORPHY D. SANTOS  
Presidente